

História das políticas públicas de educação museal no Brasil

Fernanda Santana Rabello de Castro *

Recebido em: 05/08/2019
Aprovado em: 06/03/2020

* Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação pela UFF, gestora da REM-RJ e educadora do Museu da Chácara do Céu e do Museu Histórico. Email: fernanda.castro@museus.gov.br.

Resumo

Abordamos a constituição das políticas públicas de educação museal no Brasil e sua relação com marcos práticos e institucionais e com a realização de eventos organizados tanto pela sociedade civil organizada quanto pelo poder público ao longo da história. Tendo como objetivo compreender a constituição histórica da educação museal, a consideramos como um campo político, teórico e prático em formação, que tem em sua trajetória a estreita relação entre prática, teoria e política. Por meio do levantamento de marcos significativos para a constituição das ideias e práticas em educação museal no Brasil, pretende-se identificar aspectos presentes nas realizações em educação museal que culminaram na constituição da Política Nacional de Educação Museal. Destaca-se nesse contexto a realização do Seminário Regional da UNESCO sobre a função educativa dos museus e sua relação com as recentes políticas públicas de educação museal do Brasil.

Palavras chave: Educação museal; políticas públicas; sociedade civil

Abstract

We address the subject of the constitution of public policies for museum education in Brazil and their relationship with practical and institutional frameworks and with the organization of events organized by both organized civil society and public authorities throughout history. Aiming to understand the historical constitution of museum education we consider it as a political, theoretical and practical field in formation, which has in its trajectory the inseparable relationship between practice, theory and politics. By gathering significant milestones for the constitution of ideas and practices in museum education in Brazil, it is intended to identify aspects present in the achievements in museum education that culminated in the constitution of the Museum Education National Policy. In this context, the holding of the UNESCO Regional Seminar on the educational function of museums and its relationship with recent public policies on museum education in Brazil stands out.

Keywords: Museum education; public policies; civil society

História das políticas públicas de educação museal no Brasil

O que são políticas públicas? De acordo com a plataforma Wikipédia, talvez a enciclopédia digital mais consultada do mundo, temos que:

POLÍTICA PÚBLICA, comumente referida no plural *políticas públicas*, é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. De uma forma ainda mais abrangente, pode-se considerar as políticas públicas como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer".

Ou um "(...) conjunto de sucessivas iniciativas, decisões e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução delas, ou pelo menos trazê-las a níveis manejáveis". Mais adiante, esse verbete acrescenta que:

Políticas públicas são programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Políticas públicas são metas coletivas conscientes e, como tais, um problema de direito público, em sentido lato.¹

Tais visões sobre as políticas públicas baseiam-se em uma concepção monista de Estado e de atuação política, como nos aponta Maria Célia Santos,² que reconhece apenas uma direção na constituição das políticas públicas: a direção de cima para baixo.

Porém, essa concepção se tomada como referência, não explica a trajetória da constituição das políticas públicas no Brasil, nem em lugar algum do mundo.

Não explica, em especial, a história das políticas públicas de museus e memória e de educação museal em nosso país. História essa que conta com a presença ativa da sociedade civil, desde antes de 1958, até hoje.

Se concebermos, porém, as políticas públicas como fruto de relações sociais, políticas, econômicas, culturais, históricas, que têm como agentes o poder público, o mercado, setores da indústria e do comércio, trabalhadores e demais atores sociais, podemos criar um caminho mais complexo, porém mais explicativo para compreender a constituição, a transformação e as raras permanências que podemos observar no campo das políticas públicas no Brasil.

Nesse sentido, trago a proposição de *Estado integral* de Gramsci,³ famigerado, mal-dito, porém tão atual autor, para apresentar uma concepção de política pública que nos reconhece como parte de sua concepção, implementação e permanência.

Gramsci nos apresenta uma concepção de um Estado que é baseado em conflitos e consensos, que é constituído por uma *sociedade política* e uma *sociedade civil*, que atuam ambas, diretamente, nas transformações sociais e na elaboração de políticas públicas.

A partir da premissa de um Estado integral e não de uma visão monista de Estado, podemos compreender as políticas públicas como ações levadas a cabo por agentes estatais, por representantes de setores da economia, por empresas, por bancos, por organizações e instituições, por movimentos organizados, por indivíduos, de maneira geral por qualquer ator social.

Caberia a pergunta: então qualquer coisa pode ser considerada como uma política pública?

Certamente que não. As políticas públicas são atos intencionais, concebidos e implementados com um propósito definido, representando interesses coletivos, ou particulares, que podem ou não atender ao interesse público mais geral. Por isso a construção das políticas públicas é feita em meio a essas relações de conflito e consensos.

Políticas públicas indicam concepções de mundo, projetos de sociedade e tipos de relações entre as pessoas e entre elas e o poder público.

Essa visão de um Estado constituído por forças e agentes distintos nos permite compreender melhor o que são políticas públicas, como se dá sua trajetória no Brasil e qual é o nosso papel diante da história.

De acordo com o professor Antônio Canelas Rubim,⁴ as políticas públicas de cultura, no Brasil, têm sido marcadas por tristes tradições: “ausência, autoritarismo e instabilidade”.

Essas tradições, indicadas por Rubim, nos apresentam as condições de elaboração e permanência, ou não, das políticas públicas de cultura brasileiras.

Vivemos em um país que tem quinhentos anos de história, entre as quais apenas 129 anos são de uma história republicana. E nessa trajetória tivemos por mais de uma vez nossa democracia interrompida, não conseguindo atingir, em nenhum momento, mais de três décadas seguidas de um regime democrático, o que em termos de tempo histórico pode ser considerado quase nada. E estamos mais uma vez à beira do colapso no que tange à permanência da democracia.

Rubim nos mostra que, no Brasil, a política pública é carente e muitas vezes fruto de imposições, além de volúvel.

Se tomarmos os exemplos do campo da cultura e sua organização estrutural no Estado, podemos identificar, apenas nos últimos cem anos, doze alterações nos órgãos estatais responsáveis pela administração das políticas públicas de museus e memória.⁵

As desculpas para as alterações geralmente são calcadas em visões parciais da realidade ou em interesses privados ou particulares – como bem podemos observar recentemente na proposta autoritária do governo do (FORA) Temer de extinguir o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e impor uma instituição privada em seu lugar.

O discurso atual preza pela eficiência de uma gestão privada em detrimento da tradicional gestão pública, porém se esquece de observar que historicamente a gestão da cultura no Brasil sempre foi efficientíssima, tendo que trabalhar magicamente sem recursos mínimos (financeiros, estruturais). Dados de 2010 indicam que a cultura é responsável por 4% do PIB brasileiro. Porém o investimento público em cultura não chegou a 0,6% nas últimas duas décadas.⁶

Isso é fruto de uma visão de cultura como produto, mercado, indústria, mas não como investimento, em especial investimento no ser humano para sua formação e deleite.

Geralmente as ações do campo das políticas públicas não podem ser consideradas sequer estatais, pois a instabilidade política em nosso país atinge governos e gestões e, inclusive por isso, temos muitas vezes políticas públicas de governo e mesmo de gestão, ou ainda de “mandato”, ao invés de políticas de Estado, com caráter permanente, igualitário e contínuo.

Nesse contexto, em oposição à atuação do poder público, temos a atuação da sociedade civil, que muitas vezes é quem propõe e implementa as mais significativas políticas públicas, em especial no cenário dos museus, da memória e da educação museal. Muitas dessas políticas terminaram inclusive sendo fagocitadas, não sem alterações, pelo poder público em muitos momentos.

O que seriam essas políticas públicas elaboradas, propostas e implementadas pela sociedade civil?

A própria Rede de Educadores em Museus (REM-RJ) é um exemplo. A rede surgiu em 2003, ocupando uma lacuna nas políticas públicas no que diz respeito à formação de profissionais de educação museal, à troca de saberes e à organização

profissional. Realiza encontros, debates e importantes espaços de reflexão, tendo sido muito ativa na construção participativa da Política Nacional de Educação Museal (PNEM) e no incentivo à criação de outras redes.

Em cem anos de história os exemplos são muitos.

Se tomarmos o caso do Museu Histórico Nacional, criado em 1922, sua concepção, sua implementação, a criação da Inspetoria de Museus e do Curso de Museus, ele responde muito a uma visão de Gustavo Barroso – enquanto uma liderança particular no campo dos museus e da memória, e inserida no contexto da atuação do Estado –, mas não como um projeto gerado e cultivado como iniciativa deste.

Podemos dizer que nesse momento da história, as políticas públicas realizadas por iniciativa do poder público eram focadas na construção de uma ideia de nação e que muito dessa ação deveu-se à atuação de intelectuais e correntes de pensamento.

Em 1927, foi criada a Seção de Assistência ao Ensino do Museu Nacional (SAE), por iniciativa de Roquette Pinto. O primeiro setor educativo de museus no Brasil.

Em 1936 Mário de Andrade apresentou um anteprojeto para criação de um serviço do patrimônio artístico nacional que, apesar de não implementado, foi fonte de inspiração para a criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mãe de todas as instituições que a sucederam na responsabilidade pelos museus e a memória brasileiros.

Em 1948, foi criado o Conselho Internacional de Museus no Brasil e, em 1995, o Comitê para Ação Educativa e Cultural (CECA-BR). Ambas organizações com larga trajetória de construção de ações na área dos museus e memória.

Em 1956, foi realizado o 1º Congresso Nacional de Museus, evento seguido por outras edições em anos seguintes, e idealizado e realizado pela sociedade civil organizada.

O Seminário de 1958 foi precedido por um ano de preparações, com eventos, pesquisas e publicações, organizadas pelo poder público em colaboração com a sociedade civil.

A este evento seguiram-se: a criação de museus particulares; a criação de um grupo de trabalho sobre a ação educativa em museus em 1968; a realização de encontros de governadores em defesa do patrimônio; a publicação de cartas e declarações; e a criação de movimentos e novas concepções de museu vinculadas a novas concepções de mundo.

Na década de 1980, em meio ao debate do fim da ditadura civil-militar (1964-1985), houve uma tentativa mais sistematizada de políticas pública para o campo, com a criação do Programa Nacional de Museus, com a criação de um primeiro Sistema Nacional de Museus – que teve um viés educativo próprio, com um Programa de Ação Cultural, implementando por cinco anos o Projeto Interação, que promovia a parceria entre museus e escolas.

Foram criados cursos, realizados eventos, que deram suporte à elaboração de teorias, à pesquisas, diagnósticos e produção de informação, em especial por profissionais e pesquisadores dedicados, mais do que por programas, projetos e ações de governos.

Muitas dessas ações foram propostas e realizadas pela sociedade civil, muitas vezes contra ou a despeito do poder público e da sociedade política.

Outra situação, mais recente, no que diz respeito à concepção e implementação de políticas públicas, é o exemplo da Política Nacional de Museus (PNM), em 2003, e da já referida PNEM, em 2017, em que a colaboração entre o poder público e a sociedade civil dá-se na elaboração, desenvolvimento e avaliação das políticas públicas. A PNM é a mais longa e contínua política pública de museus do Brasil. Criou o Ibram e ferramentas fundamentais como o Estatuto dos Museus, o Sistema Brasileiro de Museus (SBM) e o Cadastro Nacional de Museus (CNM), promovendo por meio de seus instrumentos as várias edições do Fórum Nacional de Museus; a criação do Observatório de Museus e Centros Culturais; a publicação de editais de modernização e restauração, além de prêmios de incentivo à pesquisa e inovação; o incentivo à criação de cursos de Museologia por todo país, bem como à criação de plataformas como o Museusbr e o Saber Museu. Além disso, instituiu a Semana e a Primavera dos Museus, e implementou o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico, instância de diálogo com a sociedade e especialistas do universo dos museus.

A construção participativa da PNEM nos ofereceu uma rica oportunidade de traçar um diagnóstico informal do ponto da situação da educação museal em nosso país, propondo princípios e diretrizes, elaborados a partir das experiências dos educadores, do público e das instituições, que servirão de subsídio para a atuação de profissionais de museus, em nível nacional.

No Seminário da Unesco de 1958, as experiências e análises sobre a situação da educação museal nos países participantes também foi foco de reflexão. Muito já foi dito

sobre a importância desse seminário e sobre o relatório escrito por Georges Henri Rivière, que apresenta uma narrativa pessoal do então presidente do Conselho Internacional de Museus (ICOM na sigla em inglês) sobre suas impressões acerca do debate.

Aqui, vamos, então, apresentar um paralelo entre o que foi estabelecido em 1958 como proposta e conclusão e o que a PNEM apresenta em termos de continuidades e avanços, diante das premissas estabelecidas pelo Seminário do Rio de Janeiro.

Esse é um exercício que começou a ser feito no Seminário sobre a Função Educacional dos Museus: 60 anos depois, realizado recentemente pelo Museu da República, ao qual o seminário fluminense citado acima dá continuidade.

O relatório de Georges Henri Rivière é um marco por muitos motivos. É a primeira vez em que se apresenta de forma distinta os conceitos de *museologia* e *museografia*. Apresenta-se também a proposta de que os museus tenham um setor educativo com profissionais então chamados de pedagogos de museus. Destacamos que esta função, a função educativa, é considerada como tarefa institucional fundamental, e que, na ausência de um especialista em pedagogia, deveria ser exercida por conservadores e até mesmo diretores, a depender do porte dos museus. Rivière também destaca o desafio da formação dos profissionais dos museus e da aliança entre teoria e prática nessa formação, bem como no seu trabalho cotidiano, sugerindo assim uma convivência harmoniosa entre os museus e as universidades.

Ainda sobre a temática da formação profissional, o relatório do presidente do ICOM sugere a organização de jornadas de estudos e a participação dos profissionais de educação museal em eventos e estágios técnicos em outras instituições, nacionais e internacionais, como forma de possibilitar a troca de saberes e experiências.

Destaca-se ainda a necessidade de discussões acerca da profissionalização e devida regulamentação da atuação dos profissionais de museus. Nesse sentido, Rivière também ressalta a necessidade de valorização profissional, aplicada a partir de uma remuneração adequada, da estabilidade de emprego e do reconhecimento à qualificação e titulação dos profissionais, que representaria também o reconhecimento de seu papel fundamental na sociedade e em benefício da comunidade. O autor do relatório lembra ainda que muitas vezes os museus não dispõem de uma equipe de educadores suficientemente numerosa.

Sobre a relação do museu com a comunidade, o relatório já propõe uma atuação consciente do público na programação do museu e nas ações educativas, de maneira livre e participativa.

A própria função educativa do museu ganha destaque no título do seminário, que deu continuidade a dois outros, que ocorreram em 1952 em Nova Iorque (EUA) e, em 1954 em Atenas (Grécia), tendo como título “A Função dos museus na educação”. É possível identificar uma sutil mudança de concepção sobre a relação entre museus e educação, em que o primeiro é visto não mais como apenas complementar à escola, mas como tendo uma função educativa intrínseca, que deveria ser valorizada para além da relação museu-escola.

Sobre esse tema, Rivière afirma que:

O museu pode fazer muito em benefício da educação. A importância de seu papel neste ponto não deixa de crescer.

Do que se trata é de dar à função educativa do museu toda a importância que merece, sem diminuir com isso o nível da instituição nem pôr em perigo o cumprimento de outros fins não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite, etc.⁷

Se lêssemos o relatório de 1958 sem saber de sua data, poderíamos achar que ele fala dos tempos atuais. Só esses elementos destacados já nos apresentam algumas similaridades com o conteúdo da PNEM, que propõem entre seus princípios: 1) o reconhecimento da função educativa dos museus, equiparada às suas demais funções de pesquisa, conservação e comunicação; 2) a necessidade de existência de setores educativos nas instituições, com equipe qualificada e multidisciplinar; e 3) a proposta de que a educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões, de ordem teórica e prática.

A PNEM, assim como as discussões de 1958, propõe: a promoção de ações colaborativas entre o museu e as comunidades; a promoção dos profissionais, sua valorização profissional, com incentivo a sua profissionalização e a sua formação específica; a potencialização do conhecimento do campo por meio da difusão e promoção dos trabalhos realizados e do intercâmbio de experiências e estágios técnicos; além da promoção do desenvolvimento e da difusão de pesquisas específicas do campo por meio da articulação entre setores educativos e universidades.

Esse paralelo, que nos demonstra que muitas das tarefas colocadas em 1958 ainda permanecem como desafios, não deve ser encarado, porém, como uma visão pessimista do desenvolvimento do campo.

Muitos foram os avanços e conquistas que obtivemos nesses sessenta anos de história. A educação museal tem-se consolidado como campo científico e profissional, com larga produção acadêmica e elaborada a partir dos museus, apresentando importantes contribuições para os campos da educação e da museologia, tornando-se uma referência internacional, haja vista os textos produzidos coletivamente pelos representantes do CECA-Brasil para suas conferências anuais, ou lembrando a própria PNEM e seu caráter inovador.

Os quinze anos que a REM-RJ celebra em 2018 e a existência de dezesseis redes em todo Brasil por ela inspiradas também é um importante ganho do campo.

A educação museal existe e batalha cotidianamente pelos museus, pela sua democratização, pela construção de uma sociedade menos desigual, e por uma educação crítica e emancipatória.

Nesse momento estávamos em situação de discutir a implantação dentro do Ibram de uma instância participativa de implementação e avaliação da PNEM para debater a profissionalização do profissional de educação museal. Não sabemos que futuro essas propostas terão diante do atual cenário.

Em todo esse tempo, a contribuição de importantes personagens da história dos museus e da museologia foram imprescindíveis para esse conjunto de ações, tanto as promovidas pelo poder público, quanto aquelas organizadas pela sociedade civil. Em nossa conjuntura atual, precisamos destacar os nomes de Bertha Lutz, Edgar Sussekind de Mendonça, José Valadares, Regina Real, Florêncio Trigueiros, Guy de Hollanda, Venâncio Filho, Waldisa Rússio, Nair de Carvalho, Sigrid Porto, toda essa geração pré 1958. Saudemos ainda Maria Célia Santos, Mário Chagas, Magaly Cabral, Marcelle Pereira, Iloni Seibel, Cida Rangel, Bárbara Harduim, Kátia Frecheiras, Andrea Costa, Diogo Tubbs, os colegas da REM Brasil, Ozias Soares, Daniele Alves, Cinthia Oliveira os colegas da PNEM e todos os seus colaboradores. Destacamos também Mila Chiovatto, Luciana Martins, Adriana Mortara, Maria Esther Valente, Sibeles Cazelli, Douglas Falcão, Hilda Gomes, Carla Gruzman e todos os colegas que se mantêm ativos na construção do campo da educação museal.

Devemos nos lembrar de Paulo Freire e dos cinquenta anos da publicação de *Pedagogia do oprimido*, e de Mário Pedrosa para dizer: Eles sim... o outro não.

Por fim, gostaria de concluir afirmando e exaltando nosso papel enquanto atores na construção de políticas públicas e, mais ainda, dos rumos políticos de nossa história.

Em especial, no momento em que vivemos em nosso país – que nos coloca em situação de lutar pela implementação e consolidação da PNEM, de defender seu caráter colaborativo e a parceria do poder público conosco –, é preciso nos mantermos atuantes no sentido de garantir um legado democrático e muito recente de construção de políticas públicas.

Devemos defender, independente de nossas diferenças pontuais ou globais sobre o fato em si da tentativa de desmonte do Ibram, a permanência desse instituto e seu caráter público, pois assim estaremos defendendo a forma democrática como sua concepção e implementação foram estabelecidas.

Devemos defender, diante de um cenário de incertezas, a democracia como princípio e critério insubstituível e irrevogável de nosso ser e estar políticos no mundo, estando sempre atentos e ao fato de que já passamos por momento piores, momentos que não vamos deixar que voltem. Já vivemos uma ditadura civil-militar, vivemos a escassez e o desmonte de políticas públicas com o neoliberalismo da década de 1990 e, contra o retrocesso que representam, hoje faz-se necessário, mais do que nunca, resistir.

Notas

1 WIKIPÉDIA. Política Pública. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADtica_p%C3%BAblica. Acesso em 5 de outubro de 2018.

2 SANTOS, Maria Célia. “Política cultural e museus no Brasil: tentando desvelar e entender para estabelecer um novo ponto de partida”. *Cadernos de Sociomuseologia*, no 7, caderno 2. Lisboa: Universidad Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1996, p. 23-98.

3 GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

4 RUBIM, Antonio Albino Canelas. “Políticas culturais no Brasil: tristes tradições”. *Galáxia*, no 13, jun. 2007. São Paulo: PUC-SP, p. 101-113. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934>. Acesso em: 5 de out. 2018.

5 CASTRO, Fernanda. *Construindo o campo da educação museal: um passeio pelas políticas públicas de museus do Brasil e de Portugal*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2018.

6 Ver <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2017-04/ministerio-estima-que-cultura-e-responsavel-por-4-do-pib>

7 RIVIÈRE, Georges Henri. *Seminário Regional de la Unesco sobre la Función Educativa de los Museos*, 7-30 de septiembre de 1958. Paris: Unesco, 1958, p. 26.